

CPI evitou uma convulsão social

Antônio Machado e Raul Ramos

A CPI veio na hora certa para evitar a eclosão de uma convulsão social de graves proporções no País. A análise é do relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que apura as irregularidades na elaboração orçamentária, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). "Esse País não ia suportar por muito tempo o regime de absoluta irresponsabilidade no trato com a coisa pública, o regime do descompromisso com os interesses do País", afirma Magalhães, em entrevista exclusiva ao **CORREIO BRAZILIENSE**.

Estafado pela rotina dos trabalhos, três quilos mais magro, Magalhães acha que Brasília não pode ser responsabilizada pelos escândalos de corrupção que revoltam a opinião pública. Quanto ao relatório final, o pefelista pernambucano faz segredo sobre o número de cassações a serem sugeridas. Diz que não está sofrendo

ERALDO PÉRES



Roberto Magalhães: Brasília nada tem a ver com os escândalos e não é justo culpá-la pelo que fazem aqui

Em função do escândalo do Orçamento, Brasília ficou com uma imagem muito desgastada junto à população do resto do Brasil. Todo mundo acha que a cidade é a culpada pela corrupção no País. O senhor acha que é justa esta avaliação?

Não, acho injusta. Brasília não tem nada a ver com isso. Brasília é a sede do governo e, como é sede do governo, todos os parlamentares têm que estar aqui, têm que ter domicílio legal aqui. Somente isso. Então tudo que houver, tudo que repercutir negativamente sobre o Congresso repercute sobre Brasília, mas não acho justo se culpar Brasília. Há quem diga que após essa CPI, o Brasil não será o mesmo e que ela abre as portas para um novo Brasil. Eu digo que não. Eu digo que ela é muito importante. Ela será muito benéfica, mas não vai criar um novo Brasil, porque esse Brasil novo já está existindo. A CPI é consequência desse novo país. O Brasil nesta legislatura já cassou quatro deputados, um antes e três agora e certamente vai cassar vários outros em função dessas apurações em curso. Então, na realidade nós somos já resultante desse Brasil novo e não determinante desse Brasil novo. E a segunda coisa é que na verdade, se o mundo mudou tão radicalmente, porque o Brasil não haveria de mudar? Essa mudança é para melhor e, digo mais, ela está vindo na undécima hora. Esse país não iria suportar por muito tempo o regime de absoluta irresponsabilidade no trato da coisa pública; regime do descompromisso com os interesses do país, um país saqueado. Então, nós iríamos marchar para uma situação que outros países conheceram, que é a revolta nas ruas, que é o mudar pela força. É muito melhor que mudenos democraticamente, porque as mudanças democráticas são pacíficas e o custo social é bem menor.

Os militares poderiam, então, voltar a intervir no cenário político?

Não sei. Eu acho que o Brasil de hoje é muito grande, uma sociedade organizadora, bastante conscientizada. Não consigo imaginar o Brasil sob uma ditadura, seja militar, seja civil. Seria preciso uma degradação total dos costumes, ou então uma luta armada para que essa possibilidade de ditadura se tornasse concreto. O País de hoje é outro, mudou muito. Digo que até não é possível, porque os próprios militares não querem.

Qual é a avaliação que o senhor faz dos trabalhos da comissão?

Eu digo que a essa altura, ela foi muito além do que se poderia dela esperar. Ela foi instaurada para fazer uma auto-investigação, ou seja, para investigar o Congresso e, em particular, a Comissão de Orçamento de tudo que se refira à elaboração e execução orçamentária e ela já foi muito além: Ela identificou e dissecou o esquema de corrupção que existia na Comissão de Orçamento. Ela já sabe hoje quais os vínculos que tinha a comissão com o Poder Executivo. Sabe quais as pessoas de confiança desse esquema de corrupção dentro do Executivo. Desmoralizou dentro desse esquema, o tentáculo talvez o mais asqueroso, porque o que tirou dinheiro do carente, do idoso, do enfermo, que foi o esquema das subvenções sociais. Dinheiro para entidades e pequenas obras que no fundo não são mais nem menos do que clientelismo eleitoral. Agora, já que eu estou falando da subvenção, quero falar também do relator. Apesar de todas essas dificuldades da falta de elementos, ora em decorrência de um entrosamento não...

Falta de entrosamento?

Não, eu não diria falta de entrosamento, porque afinal de contas, eu não tenho nenhuma dificuldade pessoal com os coordenadores das subcomissões, nem com eles nem com os membros. Então, eu não posso dizer que houve um desentrosamento, é que o próprio trabalho meu e deles é absorvente. Pela própria natureza do trabalho e das dificuldades que são muito mais conjunturais do que de falhas pessoais, eu acho que as subcomissões não falharam. Todas elas tiveram um bom desempenho e vou dizer isso no meu relatório. Acho que elas foram até certo ponto a alma dessa CPI, porque sem os dados das subcomissões, nós não teríamos alcançado o resultado que alcançamos.

No relatório final o senhor vai fazer indicações de culpa ou vai propor cassação com todas as letras?

Veja bem, vocês conheceram a CPI do caso PC, que na verdade foi do Collor e vocês sabem que

somente uma frase, apesar de ser um relatório, talvez com 400 páginas, foi que se decidiu a sorte de Collor. Foram três linhas do relatório, quando Amir Lando diz que o presidente violou a norma, ou melhor, teve comportamento capaz de caracterizar a improbidade administrativa. Isso autorizou a Câmara a afastar o presidente e entregá-lo ao Senado para ser julgado. O meu relatório nem existirá, se o plenário da CPI não aprovar. Se aprovado o relatório, no seu todo ou em parte, e eu disser em relação a um senador ou a um deputado que ele teve uma conduta caracterizada como quebra do decoro parlamentar, será suficiente para a Mesa da Câmara e a Mesa do Senado, se acolher o entendimento da CPI instaurar o processo de cassação. A CPI não tem processo contraditório. Ela não julga, investiga. Então na parte criminal, por exemplo, eu não vou me preocupar em caracterizar figuras criminais, porque esse não é o meu papel. Isso cabe ao Ministério Público, perante o Judiciário. Agora, o que eu tenho obrigação de dizer é que, quando estiver diante de condutas que caracterize figura criminal, sugerir também a remessa dos elementos probatórios ao Ministério Público para que ele promova se for o caso, a responsabilização do culpado.

Quantos parlamentares devem ser citados com indicação de culpa?

Eu não posso dizer. Olha, esse chute de que vão ser 10, 15, 50 ou 20, nenhum deles tem qualquer procedência, porque eu próprio, não sei, por duas razões: primeiro, porque nem eu quero saber, por enquanto, quantos serão, para não me trair e não falar para alguém, e, segundo, se eu quiser saber quantos são, eu não posso porque ainda faltam ser ouvidos uns 20. Então, não há lista de cassações.

O presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE) quer o senhor como o relator dos processos de cassação na Comissão de Constituição e Justiça. O senhor está disposto a aceitar?

Eu sou conterrâneo do presidente Inocêncio Oliveira. Temos um conhecimento e uma mizade de mais de 20 anos, pertencemos ao mesmo partido em Pernambuco, mas eu infelizmente não vou poder atender se essa for a sua vontade, por duas razões: primeiro porque eu acho que a minha

cota de sacrifício foi muito grande para que essa CPI pudesse chegar onde chegou e, em segundo lugar, porque eu entendo que na Comissão de Justiça para funcionar nos processos de cassação, devam ser nomeados parlamentares que não tenham participado da comissão parlamentar de inquérito.

Como é que o senhor avalia as críticas de que a CPI está concedendo privilégios a algumas pessoas que foram citadas logo que estourou a crise e que vão depor num foro restrito, escolhendo o lugar e não no plenário da CPI.

Eu acho injusto se acusar esta CPI de ter sido ou de estar sendo, parcial, de não estar sendo justa, de não estar correspondendo à confiança do Congresso e da opinião pública, porque tudo tem sido bem visto e examinado. Eu acho que ninguém poderá dizer que um determinado partido foi beneficiado ou privilegiado pela CPI. Todos os partidos tiveram parlamentares de prestígio passando pela CPI sem qualquer privilégio.

Nessa reta final dos trabalhos o senhor tem sofrido muitas pressões?

Não, não tenho não. Os meus problemas têm sido de mudança quase que amíu de das regras de funcionamento. Eu gostaria que a CPI tivesse um único

critério de funcionamento. Do primeiro dia ao último, nós já mudamos muito.

Na sua opinião, quais os partidos que sofrerão maior desgaste nas eleições desse ano, por terem membros envolvidos no escândalo do Orçamento?

Eu já tive oportunidade de dizer que os reflexos da CPI em cada estado não se farão na mesma intensidade, já mostrei como em Pernambuco a repercussão da CPI em relação a mim tem sido muito modesta se comparada a de outros políticos de projeção que fazem parte da comissão de inquérito. Agora, nacionalmente, eu diria que poderá haver prejuízo maior por parte de um partido ou de outro. Mas esse prejuízo não será expressivo.

O senhor pode dar algum esclarecimento sobre a situação do deputado Miguel Arraes (PSB-PE) na CPI do Orçamento?

Não, eu não posso. Eu me considero impedido de me pronunciar sobre o deputado Miguel Arraes, quer seja favoravelmente, quer seja contrariamente. Acho

pressões e que o seu maior problema são as constantes mudanças nos critérios de funcionamento da comissão, além da falta de elementos para inquirição dos últimos depoentes. O relator da CPI acredita que as informações chegarão antes do prazo-limite da comissão, dia 17, permitindo que alguns parlamentares possam ser novamente reconvocados.

A extinção da Comissão Mista do Orçamento e o fim das subvenções sociais são pontos pacíficos do relatório, entre as propostas de mudança na estrutura do Estado, para acabar com a corrupção. Na entrevista, o deputado admite que poderá ser candidato ao governo de Pernambuco, ao se referir ao deputado Miguel Arraes (PSB), seu adversário na política estadual, sem, entretanto, manifestar opinião sobre a citação do nome do também (como ele próprio) ex-governador nos papéis da Norberto Odebrecht.

que a minha posição é de equidistância, porque nós somos adversários em Pernambuco.

O senhor estava falando das implicações de financiamento de campanha, sobretudo nas campanhas municipais. Na sua opinião, o que deve mudar na vida política brasileira após a CPI do Orçamento?

Eu acho que o meu parecer e em última análise as conclusões da CPI vão valer muito mais pelo que possa ser mudado para o futuro do que pelas penalidades que venham a ser amanhã impostas. Por isso mesmo, há uma parte do meu relatório, a introdução, onde cuidarei principalmente da política, do poder, e da ética na política e tem uma segunda parte que é sobre a parte burocrática: o que é a CPI, a natureza, os poderes da CPI, o que é fato a ser examinado, pela CPI, etc. Depois, entro na parte do conceito do decoro parlamentar e finalmente eu chego num capítulo que é muito importante: o das recomendações para a mudança na estrutura do Estado. Apresentarei 10, 12 ou 15 propostas. A primeira é uma nova sistemática de elaboração do Orçamento.

O senhor pode divulgar os detalhes dessa nova sistemática?

Extinção da Comissão de Orçamento. O projeto de orçamento deve tramitar pelas comissões técnicas da Câmara e do Senado, para que todos tomem conhecimento e não só entre uma meia dúzia de privilegiados. Depois de passar por todas elas, o projeto vai para a Comissão de Sistematização Orçamentária só para sistematizar e jogar ao plenário. Outro ponto é o da extinção absoluta de subvenções sociais. Quem quiser fazer caridade por conta da União vai à LBA ou vai ao INSS. A União já destina muito dinheiro para a assistência social. Um terceiro ponto que eu poderia lembrar é que eu acho que devem ser reinstauradas na Câmara e no Senado as comissões de fiscalização e controle que já existiram no passado exatamente para fiscalizar a execução do orçamento. Uma outra proposta será a de fortalecimento do Tribunal de Contas, aumentando-se os recursos humanos nas delegacias estaduais.

O que o senhor espera da CPI das Empreiteiras?

O esquema das empreiteiras é muito mais sofisticado do que o esquema das subvenções. Basta ver que enquanto o esquema das subvenções tinha como líder e mentor o deputado João Alves, o esquema das empreiteiras tem como seus gestores, empresários com formação e visão de executivo de multinacionais. Graças aos papéis da Odebrecht, nós podemos radiografar o esquema, pelo menos um tentáculo do esquema, mas não conseguimos até agora o envolvimento de parlamentares com esse esquema.